

SAÚDE

Órgão

Ministério da Saúde (MS)

Representação

Comissão Intersetorial de Saúde da Mulher (Cismu)

Representante



Titular

Roberta de Vilhena Pires

Analista de Saúde

Departamento Nacional do Sesc

(Compareceu)

Ações

Reunião ordinária realizada no dia 22 de junho de 2021

A reunião teve como pauta a vacinação contra Covid-19 de gestantes, puérperas e lactantes.

A coordenadora da Comissão Intersetorial de Saúde da Mulher (Cismu), Vanja Andrea Santos, fez a abertura dando boas-vindas a todas as participantes. Ela cumprimentou e agradeceu às convidadas palestrantes, representantes das Comissões de Saúde das Mulheres dos Conselhos Estaduais e Municipais e aos demais convidados. O encontro teve como objetivo ampliar o debate sobre a vacinação contra a Covid-19 em gestantes, puérperas e lactantes, no sentido de salvar a vida das mulheres e de seus filhos. Foram realizadas homenagens ao conselheiro Nacional Wanderley Gomes, vítima do novo coronavírus, e à conselheira Simone Leite, que faleceu de infarto fulminante.

Vanja retomou a palavra fazendo um breve relato da situação atual da crise sanitária e do cenário das mulheres gestantes, puérperas e lactantes, relatando dados que comprovam o aumento da mortalidade dessa população por Covid-19. A coordenadora falou ainda das ações do Conselho Nacional de Saúde (CNS) relativas à saúde das mulheres, citando as recomendações 039/2020 e 006/2021, bem como as visitas ao Departamento de Ações Programática Estratégicas (Dapes) e ao ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, com o objetivo de maior participação do Conselho na construção das políticas de saúde.

Em seguida, Vanja chamou a professora Maria do Carmo, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), para fazer suas colocações. A convidada apresentou os dados do Observatório da Covid-19 da Fiocruz, que apontam o crescimento de casos de Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) em 12 estados e no Distrito Federal. Todas as regiões apresentam indicadores preocupantes, principalmente os estados das regiões Sul e Centro-Oeste. Segundo a pesquisa, 96% dos casos de SRAG são pelo novo coronavírus, e a taxa de letalidade de gestantes e puérperas é de 7,2%, mais do que o dobro da taxa de letalidade do País, que é de 2,8%. Vanja defendeu uma coordenação nacional e a vacina para todas as gestantes, puérperas e lactantes tendo ou não comorbidade, lembrando que 73% das mulheres gestantes e puérperas que morrem não têm comorbidade alguma. “Vacinando somente as que têm comorbidades, não vamos resolver esse problema. Estamos vivendo um tempo de muito sofrimento, e esse assunto nos toca de maneira muito forte. A morte de uma mãe para uma família é um sofrimento muito grande. Precisamos do luto e da esperança para mudar esse cenário”, disse a professora.

Na sequência, a gerente geral de Monitoramento de Produtos Sujeitos à Vigilância Sanitária da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Suzie Marie Gomes, foi chamada para fazer sua explanação. Ela iniciou falando brevemente sobre a prevenção de efeitos adversos e os problemas relacionados ao uso de medicamentos, justificando por que a vacinação da AstraZeneca em mulheres gestantes e puérperas sem comorbidade foi suspensa após o óbito de uma gestante no Rio de Janeiro, em maio de 2021. Suzie esclareceu que, por questões éticas, os primeiros estudos não incluíram gestantes, puérperas ou lactantes na população estudada para as autorizações de uso emergencial e registro, ressaltando que essa população é de atenção especial no monitoramento da segurança, e que a Anvisa continua monitorando a segurança das vacinas com base nas notificações, análise de sinais de segurança, intercâmbio com demais países e participação no Comitê Interinstitucional de Farmacovigilância de Vacinas e Outros Imunobiológicos (Cifavi) do Programa Nacional de Imunizações (PNI). Ela destacou que é importante informar às grávidas, puérperas e lactantes quanto ao risco a que estão expostas pela Covid-19, à existência de evidências ainda limitadas nessa população, aos benefícios e aos riscos da vacinação. Suzie lembrou também que a vacina não evita a doença, mas o agravamento.

A assessora técnica do Programa Nacional de Imunizações do Ministério da Saúde, Carolina Gava, informou que, até o dia 23 de maio, 83.577 gestantes tinham sido vacinadas, sendo 44,8% com a vacina da AstraZeneca, 47,2% com Pfizer e 8% com a Sinovac. No entanto, a maioria dessas gestantes ainda não recebeu a segunda dose. O número de adventos graves notificados foi de 24 (0,3 caso para cada mil gestantes vacinadas). Carolina afirmou que o Ministério da Saúde, provavelmente durante a semana em que ocorreu a reunião, indicaria a vacina para gestantes.

A palavra foi passada para a médica sanitarista Karina Calife, integrante da Rede Brasileira de Mulheres Cientistas. Ela chamou a atenção para a desigualdade de gênero e destacou que as políticas precisam ter o olhar para essas desigualdades. Karina também falou das trabalhadoras que atuam na linha de frente da saúde, da dificuldade do acesso ao pré-natal e do desfinanciamento para a saúde das mulheres, ressaltando assim a necessidade da valorização da atenção básica e do respeito ao CNS enquanto instância máxima do controle social na construção das políticas públicas de saúde. Ela apresentou estudos que evidenciam os benefícios da vacina contra a Covid-19 para gestantes neste momento de crise sanitária, inclusive para as lactantes e para o bebê. Na sua avaliação, puérperas e gestantes são grupos vulneráveis, por isso defende a orientação nacional para a vacina em qualquer trimestre da gestação e para todas as mulheres mães. Karina alertou o Ministério da Saúde para agir com rapidez nessa questão, acrescentando a falta da vacina como um agravante: “A Covid-19 é a principal causa de mortalidade materna no Brasil. Não é só a questão das mortes, mas as complicações de aborto, perda fetal, restrição de crescimento, Síndrome Hellp e hemorragia pós-parto. Todas são agravadas pela Covid-19, não pela vacina. Temos evidências científicas sobre a segurança das vacinas para mulheres grávidas e para as que tiveram filhos nos últimos 45 dias”, afirmou a médica sanitarista.

Integrante do Movimento Nacional de Lactantes pela Vacina, Júlia Maia fez um breve histórico do movimento criado de forma espontânea em maio de 2021, na Bahia, por um grupo de mães de Salvador motivado pelas dificuldades de parto durante a crise sanitária e pela defesa da inclusão de lactantes nos grupos prioritários da vacinação contra a Covid-19. Hoje, o movimento tem representação nos 26 estados e no Distrito Federal.

Charlene Borges, também integrante do Movimento Nacional de Lactantes pela Vacina, apresentou estudos com evidências da eficiência da vacina para as mulheres lactantes, destacando a importância do diálogo com o poder público para as políticas de saúde. Ela lembrou a participação do Movimento em relação ao Projeto de Lei (PL) nº 2.112/2021, que determina a inclusão de lactantes, com ou sem comorbidades, como grupo prioritário para a vacinação contra a Covid-19. A votação seguiu para a Câmara dos Deputados, e Charlene informou que o Estado da Bahia já incluiu as lactantes no grupo prioritário para vacinação, a exemplo de Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Rio Grande do Norte, Pará e São Paulo, entre outros. Charlene destacou, também, a importância da saúde integral para todas as mulheres, inclusive as que não são mães. As mães precisam de assistência e proteção para além do pós-parto, e todas precisam estar saudáveis durante toda a vida. “Estamos lutando pelas gestantes e puérperas porque também entendemos que vivemos em um país de mortes maternas evitáveis. Prezamos pela proteção integral da maternidade, então queremos que o PNI seja alterado para incluir as lactantes”, finalizou Charlene.

Depois das palestrantes, a palavra foi aberta ao presidente do Conselho Nacional de Saúde (CNS), Fernando Pigatto; à Priscila Viégas, da mesa diretora do CNS e da Comissão de Atenção à Saúde das Pessoas com Deficiência; e à Francisca Valda, da Comissão de Recursos Humanos e Relações de Trabalho. Também estavam presentes Conceição Silva, da Comissão de Educação Permanente para o Controle Social do Sistema Único de Saúde (SUS), e Artur Custódio, da Comissão de Vigilância em Saúde. O debate continuou com ricas contribuições para ressaltar a importância da saúde integral da mulher para além da saúde reprodutiva; a necessidade da compra de vacinas contra a Covid-19 para imunização de toda população; de uma orientação nacional para o enfrentamento da crise sanitária; e a inclusão imediata das grávidas, puérperas e lactantes no PNI, como população prioritária independente de comorbidade e em qualquer trimestre da gestação. Vanja encerrou agradecendo a todos participação, lembrando que a luta das mulheres para garantir seus direitos é contínua. Assim, para continuar o debate sobre o acesso à vacinação como direito de todas e de todos, em breve deve ser realizada a segunda plenária de saúde das mulheres.

Encaminhamento:

- Fazer uma agenda política com Ministério da Saúde (MS), Anvisa e CNS, com pauta exclusiva sobre vacinas.
- Levar o debate ao Congresso Nacional por meio da Frente Parlamentar.
- Recomendação ao MS para inclusão das mulheres gestantes, puérperas e lactantes no PNI, como população prioritária.